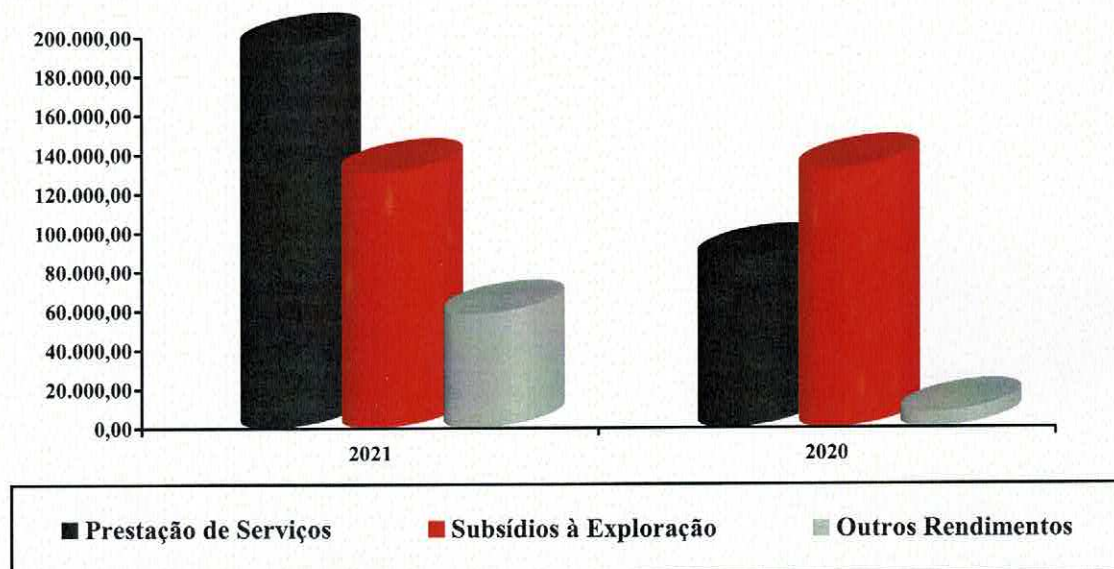


CONTAS DE GERÊNCIA 2021

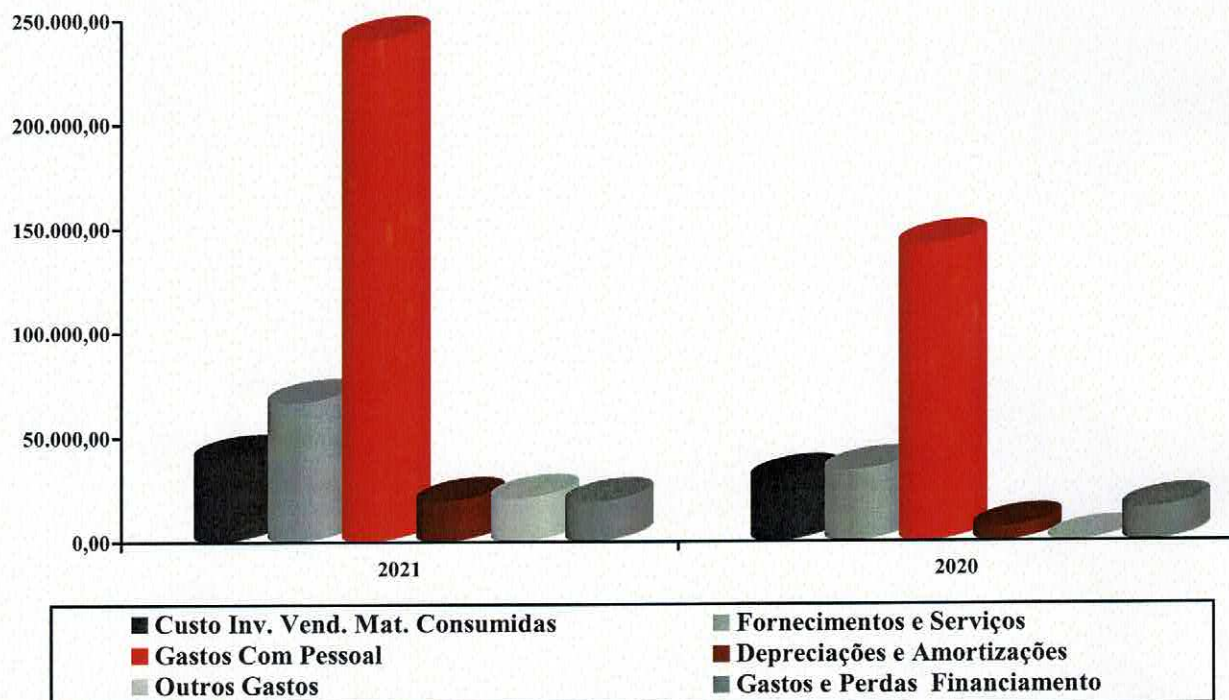
[Handwritten signatures and initials]

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS

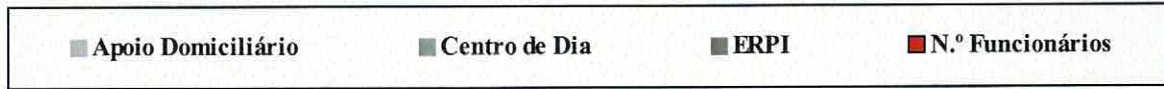
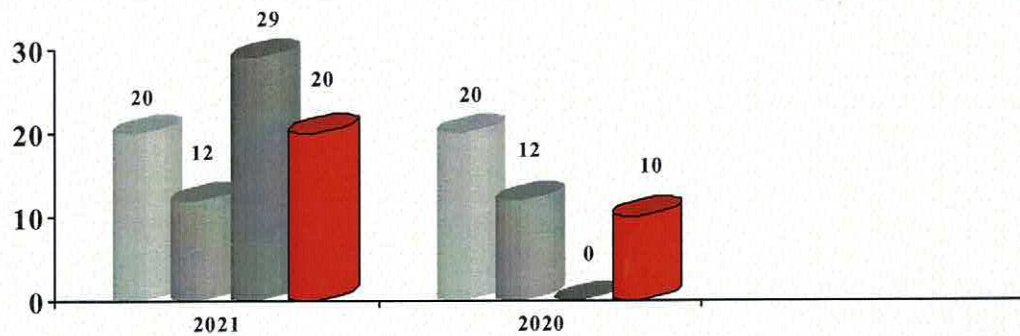


GASTOS



[Handwritten signatures and initials]

CLIENTES E TRABALHADORES





Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2021 (A)	2020 (B)	A - B	2021 (D)	A - D
Gastos					
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	39.922,56 €	30.019,18 €	9.903,38 €	40.000,00 €	-77,44 €
- Medicamentos e consumíveis					
Total 61	39.922,56 €	30.019,18 €	9.903,38 €	40.000,00 €	-77,44 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Trabalhos especializados	11.224,01 €	6.866,82 €	4.357,19 €	10.000,00 €	1.224,01 €
- Publicidade e propaganda		92,25 €	-92,25 €	100,00 €	-100,00 €
- Vigilância e segurança	1.255,64 €	1.221,68 €	33,96 €	1.500,00 €	-244,36 €
- Honorários	2.400,00 €	2.412,98 €	-12,98 €	1.500,00 €	900,00 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	2.605,77 €	2.876,97 €	-271,20 €	1.700,00 €	905,77 €
- Serviços bancários	1.738,78 €	518,17 €	1.220,61 €	2.000,00 €	-261,22 €
- Ferramentas e utensílios	5.482,54 €	1.527,41 €	3.955,13 €	4.000,00 €	1.482,54 €
- Material de escritório	2.166,86 €	298,21 €	1.868,65 €	1.000,00 €	1.166,86 €
- Encargos com utentes	1.454,12 €		1.454,12 €		1.454,12 €
- Eletricidade	7.874,28 €	2.764,64 €	5.109,64 €	8.000,00 €	-125,72 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	9.332,19 €	8.582,39 €	749,80 €	11.000,00 €	-1.667,81 €
- Água	435,50 €	515,87 €	-80,37 €	200,00 €	235,50 €
- Deslocações e estadas		26,35 €	-26,35 €	100,00 €	-100,00 €
- Comunicação	2.067,78 €	457,54 €	1.610,24 €	2.000,00 €	67,78 €
- Seguros	1.770,02 €	1.688,58 €	81,44 €	2.000,00 €	-229,98 €
- Contencioso e notariado		25,00 €	-25,00 €		
- Despesas de representação	329,00 €	25,00 €	304,00 €	100,00 €	229,00 €
- Limpeza, higiene e conforto	15.894,85 €	3.984,92 €	11.909,93 €	11.000,00 €	4.894,85 €
- Outros fornecimentos e serviços	465,62 €		465,62 €		465,62 €
Total 62	66.496,96 €	33.884,78 €	32.612,18 €	56.200,00 €	10.296,96 €
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	198.305,78 €	114.800,97 €	83.504,81 €	173.000,00 €	25.305,78 €
- Encargos com segurança social	40.303,24 €	25.877,95 €	14.425,29 €	35.500,00 €	4.803,24 €
- Seguros de acidentes no trabalho	1.170,09 €	1.231,71 €	-61,62 €	1.500,00 €	-329,91 €
- Outros gastos com pessoal	724,12 €	334,80 €	389,32 €	1.000,00 €	-275,88 €
Total 63	240.503,23 €	142.245,43 €	98.257,80 €	211.000,00 €	29.503,23 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	19.223,61 €	6.326,32 €	12.897,29 €	19.000,00 €	223,61 €
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	242,78 €	18,39 €	224,39 €	20,00 €	222,78 €
- Correções rel. períodos anteriores	20.324,18 €	269,72 €	20.054,46 €	20.000,00 €	324,18 €
- Multas	150,00 €		150,00 €	150,00 €	
- Outros não especificados		64,34 €	-64,34 €		
Total 68	20.716,96 €	352,45 €	20.364,51 €	20.170,00 €	546,96 €
69. Gastos e perdas de financiamento	18.864,89 €	15.643,16 €	3.221,73 €	20.000,00 €	-1.135,11 €
Total Gastos	405.728,21 €	228.471,32 €	177.256,89 €	366.370,00 €	39.358,21 €

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
CC n° 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2021 (A)	2020 (B)	A - B	2021 (D)	A - D
Rendimentos					
72. Prestação de serviços					
- Terceira Idade	194.766,90 €	86.880,84 €	107.886,06 €	185.000,00 €	9.766,90 €
- ERPI	132.441,20 €		132.441,20 €	125.000,00 €	7.441,20 €
- Centro de Dia	23.959,17 €	43.148,05 €	-19.188,88 €	24.000,00 €	-40,83 €
- Apoio Domiciliário	38.366,53 €	43.732,79 €	-5.366,26 €	36.000,00 €	2.366,53 €
- Quotizações e jóias	814,50 €		814,50 €	800,00 €	14,50 €
Total 72	195.581,40 €	86.880,84 €	108.700,56 €	185.800,00 €	9.781,40 €
75. Subsídios à exploração					
- Terceira Idade	110.393,23 €	129.992,09 €	-19.598,86 €	106.300,00 €	4.093,23 €
- Centro de Dia	37.847,83 €	57.690,99 €	-19.843,16 €	34.000,00 €	3.847,83 €
- Apoio Domiciliário	72.545,40 €	72.301,10 €	244,30 €	72.300,00 €	245,40 €
- IEFP	4.813,66 €		4.813,66 €	4.400,00 €	413,66 €
- Fundo Social Europeu (+COESO)	14.674,78 €		14.674,78 €	26.000,00 €	-11.325,22 €
- Segurança Social - Layoff	836,61 €	1.133,13 €	-296,52 €		836,61 €
- Autarquias		866,19 €	-866,19 €		
- Doações e Heranças		277,75 €	-277,75 €		
Total 75	130.718,28 €	132.269,16 €	-1.550,88 €	136.700,00 €	-5.981,72 €
76\7. Reversões/ganhos aumento justo valor					
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Imputação de subs. para investimentos	5.266,40 €	5.522,42 €	-256,02 €	9.800,00 €	-4.533,60 €
- Donativos	20.037,91 €	134,81 €	19.903,10 €		20.037,91 €
- Correções rel. períodos anteriores	17.171,91 €	656,37 €	16.515,54 €	17.000,00 €	171,91 €
- Subsídio de refeição em espécie	16.021,90 €	1.230,00 €	14.791,90 €	15.600,00 €	421,90 €
Total 78	58.498,12 €	7.543,60 €	50.954,52 €	42.400,00 €	16.098,12 €
Total Rendimentos	384.797,80 €	226.693,60 €	158.104,20 €	364.900,00 €	19.897,80 €
Resultado (Rendimentos-Gastos)	-20.930,41 €	-1.777,72 €	-19.152,69 €	-1.470,00 €	-19.460,41 €

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2021	2020
Terceira Idade		
ERPI	29	
Centro de Dia	12	12
Apoio Domiciliário	20	20

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2021	20
2020	10

Investimentos		
	2021	2020
Edifícios	139.960,59 €	
Equipamento Básico	41.881,28 €	8.575,51 €
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte		
AFT em curso		
Total	181.841,87 €	8.575,51 €

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n° 39242

Balço Individual em 31-12-2021

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.049.604,73	886.986,47
Investimentos financeiros	5	433,48	
		1.050.038,21	886.986,47
Ativo corrente			
Inventários	6	1.516,99	221,15
Créditos a receber	12.2; 12.4		3.776,71
Estado e outros entes públicos	12.3	2.575,40	16.031,89
Outros ativos correntes	12.2; 12.4	103.064,74	
Diferimentos	12.6	1.221,64	344,62
Caixa e depósitos bancários	12.1	43.916,54	44.001,40
		152.295,31	64.375,77
Total do ativo		1.202.333,52	951.362,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	9.1	-116.786,78	-125.304,43
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	9.1	201.104,12	87.194,43
		84.317,34	-38.110,00
Resultado líquido do período		-20.930,41	-1.777,72
Total do Fundo Patrimonial		63.386,93	-39.887,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		728.680,00	703.680,00
		728.680,00	703.680,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.2; 12.4	25.293,93	7.747,02
Estado e outros entes públicos	12.3	9.100,45	3.015,18
Diferimentos	12.6	51.656,02	
Outros passivos correntes	12.2; 12.4	324.216,19	276.807,76
		410.266,59	287.569,96
Total do passivo		1.138.946,59	991.249,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.202.333,52	951.362,24

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	195.581,40	86.880,84
Subsídios, doações e legados à exploração	8	130.718,28	132.269,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-39.922,56	-30.019,18
Fornecimentos e serviços externos	12.7	-66.496,96	-33.884,78
Gastos com o pessoal	10	-240.503,23	-142.245,43
Outros rendimentos	12.10	58.498,12	7.543,60
Outros gastos	12.8	-20.716,96	-352,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17.158,09	20.191,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-19.223,61	-6.326,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.065,52	13.865,44
Juros e gastos similares suportados	12.9	-18.864,89	-15.643,16
Resultado antes de impostos		-20.930,41	-1.777,72
Resultado líquido do período		-20.930,41	-1.777,72

A Entidade

Manuel Fernando António Machado
Luís
Gustavo Eduardo Monteiro Correia Gonçalves

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		199.358,11	83.117,50
Recebimentos de subvenções		108.088,73	132.269,16
Pagamentos a fornecedores		-90.162,18	-79.645,50
Pagamentos ao pessoal		-204.401,22	-121.184,43
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	12.883,44	14.556,73
Outros Recebimentos/Pagamentos		26.733,29	
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	<u>39.616,73</u>	<u>14.556,73</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-154.574,79	-514.102,68
Recebimentos provenientes de:			
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	<u>-154.574,79</u>	<u>-514.102,68</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		25.000,00	462.153,55
Subsídios e doações		107.684,75	134,81
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-17.811,55	-15.531,73
Outras operações de financiamento			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	<u>114.873,20</u>	<u>446.756,63</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-84,86	-52.789,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		44.001,40	8.787,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		43.916,54	44.001,40

A Entidade

Manuel Fernando Monteiro Bebeas
Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Cordeiro

O Contabilista Certificado

Luís Leite
C C n.º 39242

ANEXO
(Período 2021)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Comunitário de Jales

NIPC 503 365 688

1.2 – Sede

Largo do Toural, n.º 2

Alfarela de Jales

5450 – 120 Alfarela de Jales



1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Comunitário de Jales é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, através das Respostas Sociais de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relatório Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

- 
- 
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
 - Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações



financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.



3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.



3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.



3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2022.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.



3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Terrenos e rec. Naturais	19.952,00			19.952,00			19.952,00
Edif. e outras construções	296.934,54			296.934,54	836.300,11		1.133.234,65
Equipamento básico	48.600,44	8.575,51	931,43	58.107,38	41.881,28		99.988,66
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	5.450,60		-931,43	4.519,17			4.519,17
Out. ativos fixos tangíveis	4.631,52		-0,01	4.631,51			4.631,51
AFT em curso	162.052,02	534.287,50		696.339,52		-696.339,52	
Sub-total	582.186,04	542.863,01	-0,01	1.125.049,04	878.181,39	-696.339,52	1.306.890,91
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	130.717,76	5.938,69	-1.832,69	134.823,76	16.754,26	0,19	151.578,21
Equipamento básico	46.371,39	2.764,02	387,61	49.523,02	2.469,35		51.992,37
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	5.450,58	0,02	-931,43	4.519,17			4.519,17
Out. ativos fixos tangíveis	4.631,52		-0,01	4.631,51			4.631,51
Sub-total	231.736,17	8.702,73	-2.376,52	238.062,38	19.223,61	0,19	257.286,18
Quantias líquidas escrituradas	350.449,87	534.160,28	2.376,51	886.986,66	858.957,78	-696.339,71	1.049.604,73

5 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Fundo Compensação Trabalho					433,48		433,48
Total					433,48		433,48

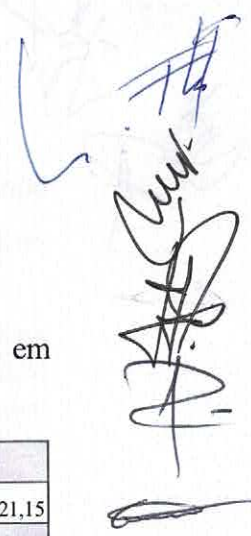
6 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

6.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.



b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.516,99	221,15
Total	1.516,99	221,15

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2021			2020		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		221,15	221,15		10.694,04	10.694,04
Compras		41.218,40	41.218,40		19.546,29	19.546,29
Regularizações						
Inventários no fim do período		1.516,99	1.516,99		221,15	221,15
CMVMC		39.922,56	39.922,56		30.019,18	30.019,18

7 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2021	2020
Venda de bens		
Prestação de serviços	195.581,40	86.880,84
Juros		
Total	195.581,40	86.880,84

8 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

8.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como

componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	5.266,40	5.266,40

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
Centro Distrital de Segurança Social	111.229,84	131.125,22
Autarquias		866,19
Doações		277,75
IEFP	4.813,66	
FSE - NORTE 2020 (+COESO)	14.674,78	
Total	130.718,28	132.269,16

9 – Instrumentos financeiros

9.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Resultados transitados	121.233,91		-246.538,34	-125.304,43	10.596,62	-2.078,97	-116.786,78
Ajustamentos em ativos financeiros							
Outras variações no Fundo Patrimonial	92.460,83		-5.266,40	87.194,43	119.176,09	-5.266,40	201.104,12
Resultado Líquido	-5.545,79	5.545,79	-1.777,72	-1.777,72	1.777,72	-20.930,41	-20.930,41
Total	208.148,95	5.545,79	-253.582,46	-39.887,72	131.550,43	-28.275,78	63.386,93

10 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

10.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	10	7		17
Termo certo		1		1
Termo incerto		2		2
Total	10	10		20
Número médio				15



Gastos com pessoal	2021	2020
Órgãos Sociais:		
Funcionários:	238.609,02	140.678,92
Remunerações	198.305,78	114.800,97
Encargos seg. social	40.303,24	25.877,95
Seguros	1.170,09	1.231,71
Outros	724,12	334,80
Total	240.503,23	142.245,43

10.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2021 e atualmente, a direção é constituída por cinco elementos.

10.3 – Número médio de voluntários

Não existem

11 – Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2021.

11.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021.

11.3 – A 31 de dezembro de 2021 não existiam salários em dívida aos funcionários.

12 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2021	2020
Caixa	396,44	100,00
Depósitos à Ordem	43.520,10	43.901,40
Total	43.916,54	44.001,40

12.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2021			2020		
Clientes				3.776,71		3.776,71
Outros ativos correntes	103.064,74		103.064,74			
Total	103.064,74		103.064,74	3.776,71		3.776,71
Passivos	2021			2020		
Fornecedores	25.293,93		25.293,93	7.747,02		7.747,02
Fornecedores de investimentos	286.230,76		286.230,76	251.788,06		251.788,06
Outros passivos correntes	37.985,43		37.985,43	25.019,70		25.019,70
Total	349.510,12		349.510,12	284.554,78		284.554,78

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.



12.3 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
Ativo		
EOEP - IVA	2.575,40	16.031,89
Total	2.575,40	16.031,89
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.363,00	519,96
EOEP - Segurança Social	7.662,24	2.487,51
EOEP - Outros	75,21	7,71
Total	9.100,45	3.015,18

12.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
Ativo - Outros ativos correntes		
IEFP	10.426,12	
FEDER	43.777,74	
FSE	48.860,88	
Total	103.064,74	
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar	2.976,17	6.332,30
Credores por acréscimos de gastos	34.662,92	18.687,40
Fornecedores de imobilizado	286.230,76	251.788,06
Eletricidade, água, etc	346,34	
Total	324.216,19	276.807,76

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

×

12.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2021	2020
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		
Férias e Sub. Ferias a liquidar	34.662,92	18.687,40
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	346,34	
Outros		
Total	35.009,26	18.687,40

12.6 – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	314,21	344,62
Vigilância e segurança	241,14	
Trabalhos especializados	548,95	
Limpeza, higiene e conforto	117,34	
Total	1.221,64	344,62
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	51.656,02	
Total	51.656,02	

[Handwritten signatures and initials]

12.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2021	2020
Trabalhos especializados	11.224,01	6.866,82
Publicidade e propaganda		92,25
Vigilância e segurança	1.255,64	1.221,68
Honorários	2.400,00	2.412,98
Conservação e reparação	2.605,77	2.876,97
Serviços bancários	1.738,78	518,17
Ferramentas e utensílios	5.482,54	1.490,41
Material de escritório	2.166,86	298,21
Eletricidade	7.874,28	2.764,64
Combustíveis	9.332,19	8.225,69
Água	435,50	515,87
Deslocações e estadas		26,35
Comunicação	2.067,78	457,54
Seguros	1.770,02	1.688,58
Contencioso e notariado		25,00
Despesas de representação	329,00	25,00
Limpeza, higiene e conforto	15.894,85	3.984,92
Outros FSE	1.919,74	393,70
Total	66.496,96	33.884,78

12.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
IMI	18,39	18,39
Taxas	224,39	
Correções de períodos anteriores	20.324,18	269,72
Multas e penalidades	150,00	
Outros		64,34
Total	20.716,96	352,45

12.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2021	2020
Juros suportados	18.864,78	15.643,16
Despesas bancárias e comissões	0,11	
Total	18.864,89	15.643,16

12.10 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Correções de períodos anteriores	17.171,91	656,37
Imputação de Sub. Investimento	5.266,40	5.266,40
Reposição do subsidio refeição em espécie	16.021,90	1.230,00
Donativos	20.037,91	134,81
Outros		256,02
Total	58.498,12	7.543,60

12.11 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 20.930,41€ para Resultados Transitados.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alfarela de Jales, 08 de abril de 2022

A Entidade


Manuel Fernando Loureiro Melhado
Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Conselho

O Contabilista Certificado


Luis Leite
CC n.º 39242

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2021)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social e Comunitário de Jales**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2021, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 20.930,41€, apesar dos esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição com base numa gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

No 2.º semestre de 2021 abriu a nova resposta social ERPI (Estrutura Residencial P/ Pessoas Idosas), a qual presta serviços a 29 utentes.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

X

Evolução do volume de negócios

	2021	2020	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Vendas Líquidas				
Prestação de Serviços	195.581,40	86.880,84	108.700,56	125,11%
Volume de Negócios	195.581,40	86.880,84	108.700,56	125,11%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	39.922,56	30.019,18	9.903,38	32,99%
FSE	66.496,96	33.884,78	32.612,18	96,24%
Subcontratos				
Trabalhos Especializados	11.224,01	6.866,82	4.357,19	63,45%
Publicidade e Propaganda		92,25	-92,25	-100,00%
Honorários	2.400,00	2.412,98	-12,98	-0,54%
Conservação e Reparação	2.605,77	2.876,97	-271,20	-9,43%
Ferramentas e Utensílios	5.482,54	1.490,41	3.992,13	267,85%
Artigos para Oferta				
Eletricidade	7.874,28	2.764,64	5.109,64	184,82%
Combustíveis	9.332,19	8.225,69	1.106,50	13,45%
Deslocações e Estadas		26,35	-26,35	-100,00%
Comunicação	2.067,78	457,54	1.610,24	351,93%
Despesas de Representação	329,00		329,00	
Outros	25.181,39	8.671,13	16.510,26	190,40%
TOTAL FSE	66.496,96	33.884,78	32.612,18	96,24%
Gastos Com Pessoal	240.503,23	142.245,43	98.257,80	69,08%
Depreciações e Amortizações	19.223,61	6.326,32	12.897,29	203,87%
Outros Gastos e Perdas	20.716,96	352,45	20.364,51	5777,99%
Juros	18.864,78	15.643,16	3.221,62	20,59%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	0,11		0,11	
Total dos Gastos e Perdas Financ.	18.864,89	15.643,16	3.221,73	20,60%
Total dos Gastos e Perdas	405.728,21	228.471,32	177.256,89	77,58%



4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2021 a 326.299,68€ (219.150,00€) em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	195.581,40	86.880,84	108.700,56	125,11%
Subsídios à exploração	130.718,28	132.269,16	-1.550,88	-1,17%
Outros rendimentos	58.498,12	7.543,60	50.954,52	675,47%
Total dos Rendimentos	384.797,80	226.693,60	158.104,20	69,74%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	836.300,11		836.300,11	
Equipamento Básico	41.881,28	8.575,51	33.305,77	388,38%
AFT em curso		534.287,50	-534.287,50	-100,00%
Total	878.181,39	542.863,01	335.318,38	61,77%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	19.952,00	19.952,00		
Edifícios	1.133.234,65	296.934,54	836.300,11	281,64%
Equipamento Básico	99.988,66	58.107,38	41.881,28	72,08%
Equipamento de Transporte	44.564,92	44.564,92		
Equipamento Administrativo	4.519,17	4.519,17		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4.631,51	4.631,51		
AFT em curso		696.339,52	-696.339,52	-100,00%
Total	1.306.890,91	1.125.049,04	181.841,87	16,16%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 105.640,14€ (19.808,60€ em 2020).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.087.290,57€ (991.249,96€ em 2020).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.



10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 20.930,41€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Alfarela de Jales, 08 de abril de 2022

A Direção



Manuel Fernando Fontes Coelho
Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Goncalves

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2021 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Direção



Samuel Fernando Coutinho Machado
Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho